



INDICADORES DO CONTROLE EXTERNO

TCE fiscalizou recursos na ordem de 4,3 bilhões no Plano de Fiscalização Anual (PFA)

Páginas 04

**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO NA
SECRETARIA DE
TRIBUTAÇÃO**

Páginas 05

**TRIBUNAIS LANÇAM
PROGRAMA PARA
FORTALECER O
ENSINO PÚBLICO**

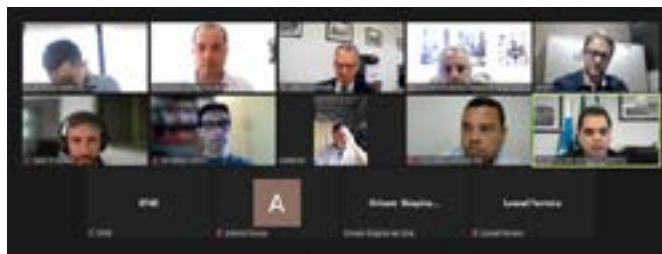
Página 07

**DIA DO OUVIDOR
CELEBRADO COM
DEBATE SOBRE
A LGPD**

Página 10

**GRUPO DE TRABALHO
PARA DISCUTIR
IGUALDADE DE GÊNERO
NO SISTEMA DE CONTAS**

Página 12



DIA DO CORREGEDOR

O Comitê Técnico das Ouvidorias e Corregedorias e Controle Social realizou reunião, sob o comando de seu presidente, conselheiro Gilberto Jales (TCE-RN), para deliberar sobre a elaboração de Projeto de Lei para instituir o Dia do Corregedor, comemorado em 02 de maio. O tema ainda será debatido com a presidência do Instituto Rui Barbosa. Durante o encontro foi decidida a adesão do IRB, por meio do Comitê, à campanha pelo Dia Nacional da Ética, uma promoção realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que também será realizado no dia dois de maio e contará com a presença da ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, que apresentará a palestra “A importância dos Tribunais de Contas diante à defesa da Ética Pública”, trazendo reflexões acerca da importância das instituições democráticas para a cultura ética no Brasil.

A palestra irá ocorrer a partir das 10h, e será transmitida ao vivo pelo canal do TCEMG no Youtube, no link > <https://www.youtube.com/watch?v=WWMqLEG3OVs>. Os participantes serão certificados.

COMITÊ DE PPP

O Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas realizou reunião, na modalidade virtual, para tratar sobre o planejamento do 4º Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil. Também foram deliberados assuntos sobre o andamento das reuniões e funções do grupo.

Para o próximo encontro o CT programa debater sobre ampliação de parcerias com instituições que lidem com temas relevantes para os Tribunais de Contas. A frente da presidência do Comitê Técnico está o conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), Rodrigo Nascimento.

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A Atricon vem estimulando as ações do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, buscando reforçar a participação colaborativa de todos os órgãos e entidades públicas para o desenvolvimento e melhoria do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Para isso, está divulgando a realização de uma reunião para debater as funcionalidades da atual versão do Portal, bem como os procedimentos de integração com a ferramenta e a projeção de ações futuras de desenvolvimento. Na ocasião, também será aberto espaço para formulação de dúvidas e apresentação de sugestões. O encontro será no dia 11 de maio, às 10h, via plataforma Microsoft Teams.

PARCERIAS

O diretor técnico nacional do Sebrae, Bruno Quick e o presidente do Instituto Rui Barbosa, Edilberto Pontes, acompanhado por assessores e representantes das duas organizações fizeram reunião para alinhamento das parcerias entre as instituições. Na pauta, foram discutidas a importância das ações desenvolvidas em conjunto para o Sistema de Controle Externo nacional, em especial as realizadas diretamente com o IRB, buscando sobretudo o fortalecimento das pequenas e médias empresas no âmbito dos municípios.

PACTO

Nos dias 28 e 29 de abril, o Conselho Nacional de Justiça realizará o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância: Resultados e avanços do projeto Justiça Começa na Infância. O evento será transmitido pelo Canal do CNJ no YouTube. Durante o Seminário serão apresentados os resultados do projeto Justiça Começa na Infância, que tem por objetivo fortalecer as competências dos profissionais do Sistema de Justiça e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente para efetiva implementação da prioridade absoluta prevista no artigo 227 da Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Marco Legal da Primeira Infância. A Atricon e o Instituto Rui Barbosa estão entre as entidades signatárias do Pacto Nacional pela Primeira Infância. Maiores informações podem ser adquiridas em: <https://www.cnj.jus.br/agendas/seminario-do-pacto-nacional-pela-primeira-infancia-resultados-e-avancos-do-projeto-justica-comeca-na-infancia/>

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Renato Costa Dias

CONSELHEIRA PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO CORREGEDOR
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO OUVIDOR
Tarcísio Costa

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Antonio Ed Souza Santana
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Cleber James Teixeira Cadó

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO
Jailson Tavares Pereira

CONSULTOR GERAL
Gudson Barbalho do Nascimento Leão

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Marco de Almeida Emerenciano

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Thiago Martins Guterres

PROCURADORES
Luciano Silva Costa Ramos
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Viktor Vidal

EDITOR: Eugênio Parcelle da Silva

REPORTAGEM: Isaac Lira

PRODUÇÃO: Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Fernando de Souza

FOTOGRAFIAS: Maria Gabrielle

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP: 59.012-360

Telefone: (84) 3642-7278
Site: www.tce.rn.gov.br
E-mail: tce-ccs@rn.gov.br
[Facebook.com/tcedorn](https://www.facebook.com/tcedorn)
Twitter: TCE_RN
Instagram: tce_rn



Finalmente, depois de tantos meses de angústia por conta da ameaça da covid-19, com a vacinação da população e a redução acentuada do número de casos, a vida começa a voltar à normalidade

100% DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS

Depois de um longo período de afastamento do ambiente de trabalho, seguindo protocolos que buscavam, sobretudo, a manutenção da saúde e da vida dos seus servidores, o Tribunal de Contas do Estado aprovou na quinta-feira (24/03), durante sessão do Pleno, a implementação da terceira e última etapa do Plano de Retomada das Atividades Presenciais, em razão do arrefecimento da pandemia de Covid-19. Em 1º de abril, todos os usuários internos do TCE puderam retornar ao trabalho presencial e sem escala.

A decisão do Pleno levou em consideração a atual situação da pandemia, com redução acentuada do número de novas

contaminações e diminuição também acentuada no número de internações, com a consequente disponibilização quase integral de leitos de UTI, além da liberação por diversos estados e municípios do uso de máscara em locais abertos e até em locais fechados, como é o caso do Município do Natal.

A terceira etapa determina ainda a manutenção das medidas que se mostrem necessárias para prevenção e controle da disseminação da COVID-19, até deliberação em contrário. Por determinação da Presidência, as pessoas integrantes do grupo de risco podem ainda permanecer em regime excepcional de

teletrabalho (home office), até que o ambiente seja considerado seguro.

A implementação da terceira etapa veio aliada à aprovação da Resolução Nº 5/2022, que regulamenta o teletrabalho em caráter definitivo no âmbito do TCE. O texto, também aprovado na sessão, autoriza, em caráter definitivo no âmbito do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, a realização da atividade laboral em local diverso do estabelecido para o trabalho presencial, observado o limite máximo de 30% dos servidores e estagiários lotados no respectivo setor.

CONTROLE DE R\$ 4.374.352.454,06

Entre abril de 2021 e março de 2022, o Tribunal de Contas do Estado fiscalizou recursos na ordem de R\$ 4.374.352.454,06, o que equivale a 92,75% das ações previstas no Plano de Fiscalização Anual – PFA. Os dados foram apresentados em reunião da Secretaria de Controle Externo (Secex) com a Presidência do TCE. “Estes resultados são muito importantes, sobretudo em termos de atuação do TCE, pois mostram à sociedade o trabalho que é executado”, destacou o presidente, Paulo Roberto Alves, que acompanhou a reunião com os conselheiros Gilberto Jales e Tarcísio Costa.

Os indicadores apresentados refletem a ação da Secex e suas diretorias no período de um ano, possibilitando uma análise do trabalho executado, tais como o quantitativo de informações e relatórios produzidos, áreas prioritárias, fiscalizações realizadas e ações para o futuro. O maior volume de recursos se refere a fiscalizações relacionadas a obras de engenharia, a cargo da Inspeção de Controle Externo. Somente a inspeção da Arena das Dunas representa, levando em conta o período de vinte anos de contrato, mais de R\$ 1 bilhão. Outros processos com volume de recursos elevados estão relacionados a limpeza urbana de Natal,

serviços no Detran, ações na área de saúde e outros. “Foi um dos melhores resultados dos últimos quatro anos”, enfatizou o secretário da Secex, Jailson Tavares.

Os dados compilados foram apresentados pela auditora de controle externo, Susana Acle, lembrando que os valores foram consolidados em metodologia de caráter experimental. No período foram geradas 5.464 informações/Relatórios, distribuídos nas respectivas diretorias que atuam diretamente no controle externo.

Na reunião foram demonstrados os vinte temas de relevância trabalhados: Gestão fiscal, Regimes Próprios de Previdência, Limpeza urbana, Obras, Contas de gestão, Despesa de Pessoal, Atos de Pessoal, Regularidade da Execução da Despesa, Transparência da Gestão Pública, Planejamento, Receitas, Benefícios Previdenciários, Conformidade da Gestão dos Recursos Públicos, Bolsistas na Administração Indireta, Terceirização dos Serviços, Saúde, Covid-19, Educação, Acompanhamento e Monitoramento das Decisões.

Diretoria de Administração Direta (DAD)	R\$ 148.913.974,18
Diretoria de Administração Indireta (DAI)	R\$ 288.072.549,36
Diretoria de Administração Municipal (DAM)	R\$ 67.414.288,10
Coordenadoria de Operações de Crédito Externo (COPCEX)	R\$ 187.960.208,55
Inspeção de Controle Externo (ICE)	R\$ 3.498.354.704,13
Diretoria de Despesa de Pessoal (DDP)	R\$ 112.583.308,33
Diretoria de Atos de Pessoal (DAP)	R\$ 71.053.421,41
Total Geral	R\$ 4.374.352.454,06



Equipe do Controle Externo mostra indicadores do trabalho de fiscalização

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA TRIBUTAÇÃO



Equipe da APG/TCE colabora com a elaboração do Planejamento Estratégico da Secretaria de Tributação

Resultado do acordo de cooperação técnica firmado com o Tribunal de Contas do Estado, foi concluído com êxito o processo de elaboração do planejamento estratégico para o período de 2022 a 2027 da Secretaria Estadual de Tributação. A partir de agora, o governo passa a contar com uma ferramenta essencial para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da gestão pública, com a definição de estratégias que vão colaborar para incrementar e fortalecer as políticas tributárias do Estado.

A construção do Planejamento Estratégico da SET foi autorizada pelo presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Alves, e contou com orientação técnica e metodológica do coordenador da Assessoria de Planejamento e Gestão do TCE, César Gláucio Torquato e do auditor de controle externo, Ricardo Barbosa Villaça que, juntamente com o Comitê Técnico Interno do Planejamento Estratégico da SET, colaboraram com o processo, desde o diagnóstico organizacional - análise do ambiente interno e externo da SET - até a realização de diversos workshops com a participação da alta administração, dos gestores e dos servidores, que contribuíram para a elaboração e revisão dos referenciais estratégicos. No total, 45 servidores de diferentes setores integraram o grupo de discussão.

“Foi um marco”, sintetiza César Gláucio Torquato, lembrando que a Secretaria de Tributação é uma das mais importantes do

Estado, por tratar da arrecadação de recursos, o que termina por movimentar a máquina estatal, setores como Educação, Saúde, Segurança e demais áreas que integram o Governo. Com uma experiência acumulada de anos, o TCE tornou-se uma expertise na formação de planejamentos estratégicos, colaborando com municípios como Parnamirim, Mossoró e outros.

“Este documento é resultado de exaustivas discussões e análises, que envolveu todos os setores e servidores, para chegarmos a um Mapa Estratégico, capaz de direcionar os passos e decisões a serem tomadas para melhor atuação da SET-RN em consonância com os preceitos que a sociedade almeja do serviço público”, destacou o Secretário de Estado da Tributação, Carlos Eduardo Xavier, ressaltando que o norte adotado neste Planejamento Estratégico foi baseado em eixos primordiais, que envolvem a eficiência dos processos, modernização da sua estrutura, transparência das ações, qualidade no atendimento ao contribuinte, reforço da fiscalização no combate à sonegação fiscal.

O coordenador do Comitê Técnico Interno do Planejamento Estratégico da SET/RN, Marconi Brasil Soares de Souza afirmou: “Com este plano estratégico, a SET/RN reforça seu compromisso com a sociedade potiguar em busca da excelência na gestão tributária”.

“Com uma experiência acumulada de anos, o TCE tornou-se uma expertise na formação de planejamentos estratégicos, colaborando com municípios como Parnamirim, Mossoró e outros.”

Optou-se pela adoção da metodologia do Balanced Scorecard (BSC) complementada pela metodologia Gestão por Diretrizes (GpD). O BSC é uma ferramenta de gestão que auxilia as organizações a traduzirem sua estratégia em objetivos operacionais, direcionando comportamentos e desempenho. Baseando-se em indicadores de desempenho, a metodologia permite à instituição monitorar a execução de sua estratégia, acompanhar seu desempenho, estabelecer e verificar as metas atingidas, viabilizar o aprendizado organizacional, conhecer resultados passados e projetar tendências.

O Mapa Estratégico da Secretaria de Estado da Tributação do RN está estruturado em quatro perspectivas: ‘I - Sociedade e Estado’, ‘II - Processos Internos’, ‘III - Aprendizado e Crescimento’ e ‘IV - Orçamento, Estrutura e Funcionamento’. Essas perspectivas demonstram a realidade lógica da estratégia a ser executada pela SET.



DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO ICMS COM BASE EM INDICADORES EDUCACIONAIS

Os Estados têm até o dia 26 de agosto para aprovar ou atualizar leis que disciplinem a distribuição da cota-parte municipal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de acordo com indicadores de melhoria na aprendizagem e na equidade do sistema educacional. A medida consta na Emenda Constitucional nº 108/2020. A EC alterou as regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), estabelecendo que parte dos repasses relativos ao ICMS encaminhados aos Municípios deve observar critérios relacionados ao desempenho na educação.

Uma nota recomendatória de entidades que representam os membros dos órgãos de controle e os Tribunais de Contas brasileiros destaca que “considerando os prazos do calendário eleitoral, é fundamental que se envidem os esforços necessários junto às Assembleias Legislativas para promover esta alteração dentro do período estipulado. Além do risco de descumprimento de dispositivo constitucional, os

Estados poderão ainda deixar de receber a complementação do Fundeb direcionada às redes que apresentarem melhoria de seus resultados educacionais (Valor Aluno Ano Resultado – VAAR), estimada para a totalidade das redes em mais de R\$ 4 bilhões”.

O documento ressalta que, atualmente, alguns Estados já possuem normas regulamentando o ICMS Educação, podendo servir como referência para os demais. “As normativas podem criar diversos modelos, de acordo com a realidade de cada Estado. É importante, portanto, que o desenho das propostas legislativas seja realizado em amplo debate com especialistas e com os entes federativos que serão afetados pela mudança”, ressalta o documento assinado por 8 entidades.

Para o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Cezar Miola, a manifestação conjunta expressa o impacto que a mudança pode representar para a educação brasileira. “A alteração da legislação tributária não deve ser considerada como medida suficiente. É necessário estabelecer uma

política educacional sistêmica e colaborativa, com foco na aprendizagem dos estudantes e buscando apoiar as redes educacionais municipais que precisam de ainda mais suporte em função das perdas ocasionadas pela pandemia”, disse.

A nota recomendatória é assinada pelas seguintes entidades: Atricon, Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC) e Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC).

Fonte Atricon



Instituto Rui Barbosa planeja ação coletiva em busca do aprimoramento da educação no País

DIRETRIZES PARA AVANÇOS NA EDUCAÇÃO

Os Tribunais de Contas começaram uma mobilização visando não apenas a intensificação e fiscalização dos recursos destinados à educação pública, mas também o fortalecimento do ensino na esfera pública em todo o País, definindo esta área como fundamental não só para o desenvolvimento humano, de forma individual, como essencial para o crescimento do País. A fim de contribuir para o avanço do setor, integrantes do Comitê Técnico da Educação, do Instituto Rui Barbosa, se reuniram no Tribunal de Contas da Bahia para definir diretrizes, debater e deliberar sobre assuntos correlatos ao tema.

“Essa é mais uma ação grandiosa do Instituto Rui Barbosa. Em qualquer lugar do mundo, nada se faz sem educação. E por isso o Tribunal de Contas da Bahia tem um projeto fantástico, o Educação é da Nossa Conta, capitaneado pela conselheira Carolina Costa. Estamos aqui para materializar os nossos projetos e aproveitar as diretrizes no sentido de fiscalizar os recursos públicos para proporcionar uma melhor educação à sociedade”, destacou o conselheiro Inaldo Araújo, vice-presidente de Auditoria do IRB, na ocasião representando o presidente do IRB, conselheiro Edilberto Pontes.

A reunião do Comitê foi aberta oficialmente pelo conselheiro vice-presidente do TCE/

ES e presidente do Comitê de Educação do IRB, Rodrigo Coelho do Carmo, que destacou a relevância de o comitê técnico estar inserido no ambiente do Instituto Rui Barbosa, conseguindo articular os TCs do país em torno de um tema tão importante. “Nesses tempos difíceis, em que passamos por uma pandemia que nos trouxe tantos danos pessoais, é importante que os Tribunais de Contas se organizem, se articulem e consigam definir estratégias para orientar o controle naquilo que deve ser verificado para a melhoria da política de educação”, opinou.

“Nosso grande desafio como fiscalizadores, como controle externo, é que esse dinheiro realmente seja entregue à sociedade como um serviço de qualidade. Temos de lutar pela eficiência.”

“A nossa expectativa é a melhor possível porque estamos instalando o comitê técnico nessa nova gestão do Instituto Rui Barbosa. A falta da educação é uma das principais pautas para o controle, pois é a principal política pública do nosso país, que atinge o maior número de pessoas e

demanda o maior volume de recursos públicos”, ressaltou o conselheiro substituto do TCE/MT, Luiz Henrique Lima, acrescentando: “Esse comitê tem o importante papel de reflexão, articulação e mobilização das cortes de contas para esse controle, principalmente na orientação dos gestores, de várias mudanças legislativas que tivemos nos últimos anos, a exemplo da pandemia e do novo Fundeb. A expectativa é boa para planejarmos um trabalho dedicado para os próximos anos”.

Conselheiro substituto do TCE/SC, Gerson dos Santos Sicca destacou: “Esta primeira reunião do Comitê Técnico de Educação do IRB em 2022 é muito importante porque estamos numa nova gestão. Neste momento, definiremos as diretrizes de atuação para os próximos dois anos. É o momento de pensar nos últimos anos do Plano Nacional de Educação, que teve uma vigência de dez anos, e o que deve ser feito no novo Plano Nacional de Educação, que deverá ser discutido e aprovado pelo Congresso Nacional nos próximos anos”.

Conselheira do TCE/SE, Susana Maria Fontes Azevedo Freitas enfatizou que “o trabalho em educação é muito difícil. Muitas vezes fazemos tudo certo, mas ficamos na frustração porque o resultado não chega. Nosso grande desafio como fiscalizadores, como controle externo, é que esse dinheiro realmente seja entregue à sociedade como um serviço de qualidade. Temos de lutar pela eficiência. Se um gestor não desempenha bem as suas funções, temos de chamá-lo à responsabilidade e tentar mudar o quadro da educação no seu município, no seu estado”.

O presidente do TCE/BA, Marcus Presidio agradeceu a presença dos integrantes do Comitê, destacando que a Bahia se sente muito honrada em recebê-los. E reforçou que o papel dos Tribunais de Contas é também contribuir com as políticas públicas voltadas para a educação: “É preciso enfatizar que a educação foi uma das áreas que mais sofreram com a pandemia. Portanto temos de recuperar o tempo perdido para, através da fiscalização, levarmos adiante as políticas públicas fundamentadas no conhecimento, que contribuem para o avanço da sociedade. E nesse aspecto o papel orientador dos Tribunais de Contas é fundamental”, disse.

(Texto produzido a partir de dados do TCE-BA)

SEGUNDA CÂMARA EMITE CAUTELAR PARA DETRAN REGULARIZAR CONTRATO NO SERVIÇO DE HABILITAÇÃO

Em julgamento realizado pela Segunda Câmara de Contas, o Tribunal de Contas do Estado concedeu medida cautelar determinando ao Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte (Detran/RN) providências para regularizar a contratação de empresa especializada com solução integrada para aplicação das Provas Práticas de Direção Veicular.

Em sua decisão, acompanhada à unanimidade pelos pares, o relator do processo nº 2593/2021, conselheiro Gilberto Jales, determinou que o Detran/RN conclua a fase interna da licitação deflagrada para contratar uma nova empresa que venha a substituir a atual, suspeita de irregularidades. O respectivo edital, de acordo com a cautelar, deve ser publicado em até 30 dias úteis, sob pena de multa

peçoal ao Diretor Geral da autarquia, no valor de R\$ 100,00 por dia de atraso.

A decisão também determina providências no âmbito do TCE para que um novo processo seja autuado, a partir das denúncias apensadas nos autos, para inclusão de uma ação fiscalizatória visando à realização de auditoria no Detran/RN, com o fim de evidenciar as possíveis irregularidades e ilegalidades praticadas durante toda a execução do atual contrato.

O processo teve como base Representação realizada pelo Ministério Público do Trabalho em vista de possíveis irregularidades no contrato efetivado com a empresa FG Consultoria e Gestão Empresarial e Educacional Eireli, para aplicação de exames práticos. Consta nos autos a inabilitação da empresa para

participação no contrato por conta de irregularidades com relação ao pagamento de débitos fiscais e trabalhistas. A empresa possui um débito fiscal inscrito na Dívida Ativa da União no montante de R\$ 5.425.130,62, além de várias ações trabalhistas, o que pode resultar em dano ao erário.

A licitação em questão vem sendo alvo de fiscalização do TCE desde 2016, e apesar das irregularidades apontadas, vem sendo prorrogada a cada ano, sob a justificativa do diretor geral do Detran/RN, que deixou claro que “o presente contrato revela-se essencial ao funcionamento dos serviços de formação, aperfeiçoamento, reciclagem e suspensão de condutores”, de modo que estaria caracterizado periculum in mora inverso, razão pela qual sugeriu a não suspensão do contrato.



APOSENTADORIAS PAGAS DE FORMA IRREGULAR



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) condenou o presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do RN, Nereu Linhares, a ressarcir ao erário os valores relativos a aposentadorias de servidores estaduais pagos de forma irregular, em descumprimento expresso e reiterado a decisões anteriores da Corte de Contas. O Ipern vem descumprindo, há mais de um ano, centenas de decisões do TCE e realizando pagamentos indevidos.

Segundo o voto do relator, conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes, que foi aprovado, à unanimidade, em sessão do Pleno, o montante a ser ressarcido pelo presidente do Ipern deverá ser apurado pela equipe técnica da Diretoria de Atos de Pessoal. Nereu Linhares foi multado em R\$ 1 mil em cada um dos 10 processos julgados na sessão relativos ao descumprimento de decisões do TCE, por parte do Ipern, que implicaram em dano ao erário. Além disso, foi determinado, após o trânsito em julgado, o desconto na folha de pagamento de

Nereu Linhares, da referida multa, em caso de não recolhimento espontâneo.

“O IPERN está há mais de um ano descumprindo as decisões desta Corte, situação que caracteriza completa e inédita – nessa dimensão – mora com as determinações decorrentes de competência constitucionalmente estabelecida ao TCE/RN e que, conseqüentemente, já se contabiliza um número significativo de decisões descumpridas e, igualmente, representa efetivo dano ao erário estadual”, aponta o voto.

Apuração de responsabilidade

O Tribunal de Contas do Estado também apura, através do processo nº 003474/2021-TC, a responsabilidade do presidente do Ipern, Nereu Linhares, em relação ao descumprimento de decisões relativas a aposentadorias. Ainda de acordo com o voto do relator, o processo nº 003474/2021-TC, que apura a responsabilidade do referido gestor, já contabilizou, até dezembro, 498 processos de aposentadoria com pagamentos

irregulares, visto que em contradição com decisões do Tribunal de Contas. Até aquela data o dano ao erário poderia totalizar R\$ 2,2 milhões. As irregularidades dizem respeito, em sua maioria, a vantagens transitórias incorporadas aos vencimentos de servidores, em ofensa à legislação em vigor.

Considerando que os processos julgados na sessão do dia 23 não foram objeto da referida apuração de responsabilidade (processo nº 003474/2021-TC) já instaurada, a decisão do Pleno da última terça-feira impõe também a renovação das determinações contrariadas em cada um dos 10 processos, com imposição de multa diária no valor de R\$ 200,00, que obriga o Ipern a regularizar os respectivos feitos de aposentadoria. Além disso, determina o envio de representação ao Ministério Público Estadual para apuração de improbidade administrativa e possíveis ilícitos penais.

DIA DO OUVIDOR É CELEBRADO COM DEBATE SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

O Dia do Ouvidor (16 de março) foi comemorado pelos Tribunais de Contas do Brasil com a realização do “Ouvidoria Day”, evento on-line promovido pela Ouvidoria e Escola de Contas do TCE-RN, em parceria com o Instituto Rui Barbosa, que possibilitou a ampliação do conhecimento e participação de ouvidores e interessados em geral de todo o País no debate de um tema instigante, atual e complexo que vem sendo incorporado no cotidiano da sociedade: a implantação da Lei Geral de Proteção de Dados, sobretudo nas organizações públicas.

Logo na abertura, o presidente do TCE-RN, conselheiro Paulo Roberto Alves, lembrou que os Tribunais de Contas vêm atuando muito numa diretriz preventiva, enfatizando a importância das Ouvidorias, que trabalham com demandas da sociedade ao mesmo tempo estimulando o controle social, com objetivo de aprimorar a gestão pública. Na mesma linha, o diretor da Escola de Contas, conselheiro Carlos Thompson, ressaltou a importância deste tipo de debate, que possibilita a busca sobretudo do conhecimento para o fortalecimento da democracia, além de uma aproximação das instituições com os cidadãos.

Dando continuidade, o conselheiro Tarcísio Costa, ouvidor do TCE, destacou o relevante trabalho realizado pelas ouvidorias fazendo a mediação da sociedade com a organização, buscando a melhoria da gestão pública. O conselheiro Gilberto Jales, que preside o Comitê Técnico de Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do IRB, lembrou que o evento “Ouvidoria Day” já faz parte do calendário de eventos do sistema de contas. “Cada Tribunal promovia uma ação diferente, mas por conta da pandemia, ganhou uma roupagem nacional, com a discussão de temas importantes”. O presidente do IRB, Edilberto Carlos Pontes, destacou a relevância do tema. “Houve uma preocupação com a transparência, com a Lei de Acesso à Informação, agora há também a preocupação com a privacidade, o direito de ter os dados pessoais protegidos”, disse.

De forma bem objetiva, o “Ouvidoria Day” foi marcado por três palestras, com abordagens diferenciadas, com destaque para a apresentação do tema “A Lei Geral de proteção de Dados (Lei 13.709) e sua aplicação na administração pública: desafios e perspectivas”, a cargo da Pós-doutora em Direito, Adriana Carla Oliveira. “Estamos vivendo um novo paradigma, uma nova mudança organizacional, um turbilhão de desafios para a administração”,

relatou, colocando como significativos neste momento a possibilidade e a capacidade do diálogo, associado ao protagonismo do cidadão. “Hoje, o vendedor de sinal de trânsito aceita pix”, exemplificou, mostrando a dimensão do momento que vivemos, com a tecnologia avançando em todos os espaços.

Para ela, ao mesmo tempo que há um avanço na tecnologia, com o desenvolvimento de estratégias associadas a um governo digital, ocorre o que denomina de “vulnerabilidade digital”. “Vivemos numa sociedade orientada por dados. Torna-se necessário a regulação do mercado, do interesse da organização para os direitos o cidadão”, definiu.

Trata-se de uma nova postura que tem a ver com empresas, serviço público e cada um cidadão de forma particular, pois tem a ver com a privacidade e proteção de dados. Daí a discussão remete a temas como segurança jurídica, direitos fundamentais da pessoa humana e legislações específicas, controle exercido pelos indivíduos e segurança cibernética. Como se trata de um tema novo, aliado ao avanço da tecnologia e a um ambiente com muitos conflitos nas diversas áreas, o assunto promete gerar e render ainda muitos debates.

O encontro virtual contou ainda com apresentação de Patrick Machado, ouvidor geral do tribunal de Contas do Paraná, que falou sobre “Ouvidoria e o Ouvidor”, fazendo uma abordagem histórica do perfil profissional. “O ouvidor surgiu para atender os direitos do cidadão, busca resguardar e requerer direitos. Deve sempre lembrar ao cidadão o seu direito de ser ouvido, direito de poder participar da vida pública”, ensinou. “De todos os aspectos da comunicação, escutar é o mais importante”, disse.

Finalizando, a coordenadora da Ouvidoria do TCE de Goiás, Nara Rodrigues, abordou o tema “Cidadania Organizacional e Governo Aberto”, defendendo sobretudo uma maior participação das pessoas nos processos. “Para se conquistar servidores mais participativos e engajados é imprescindível ter um olhar para dentro, garantir a participação, um governo aberto, que demonstre uma melhor aliança entre a sociedade e a instituição”, relatou, defendendo uma “nova cultura participativa”.



Encontro debateu aspectos importantes da Lei Geral de Proteção de Dados



Auditório do TCE foi reaberto com palestra focando no trabalho e espiritualidade

AUDITÓRIO REABERTO COM INICIATIVA DO BEM

Fazer o bem sempre é bom. E quando se une várias iniciativas em uma só, então, tudo se torna melhor. Depois de um período de tensão e medo, por conta da pandemia do Covid 19, o auditório do TCE foi reaberto com a palestra “Propósito de vida e talento profissional”, a cargo do empresário Celso Morishita, realizado através de uma parceria entre o Espaço HAGS (Harmonia, Amor, Gratidão e Sunão), empresa que atua com assessoria empresarial e espiritualista, e o Tribunal de Contas. Para participar da palestra, por sugestão do conselheiro Gilberto Jales, foi feita uma arrecadação de alimentos para doação ao Hospital Varela Santiago. Conseguiram 100 quilos de produtos.

Com equilíbrio, com bases em valores altruístas, o empresário teceu um discurso abordando aspectos individuais e coletivos em busca da prosperidade. Logo no início o palestrante abordou questões filosóficas e emocionais associando o conhecimento do ser não apenas no aspecto físico e mental, mas também espiritual. Daí enveredou para a relação com o mundo do trabalho, o propósito de estar na terra e a busca constante da “alta performance”, o desafio de lidar com questões existenciais, a relação com o outro e com a natureza, aspectos que dizem respeito a cada um,

de forma individual, e a uma moral e ética no sentido coletivo.

Com voz mansa, leve, Morishita lembrou que há fases que precisamos passar na vida para evoluir, elevar a espiritualidade e conquistar a prosperidade. “É transpor abismos”, enfatizou, citando como exemplo empreendedores como Henry Ford e o brasileiro Santos Dumont que, em suas épocas, ousaram e fizeram a diferença, trabalhando com inspiração e criatividade, atitudes que devem ser permanentes, na busca de gerar bem estar para o próximo, inclusive nos momentos de crise, como o momento que o País vivencia. “O mundo precisa de harmonia”, enfatizou.

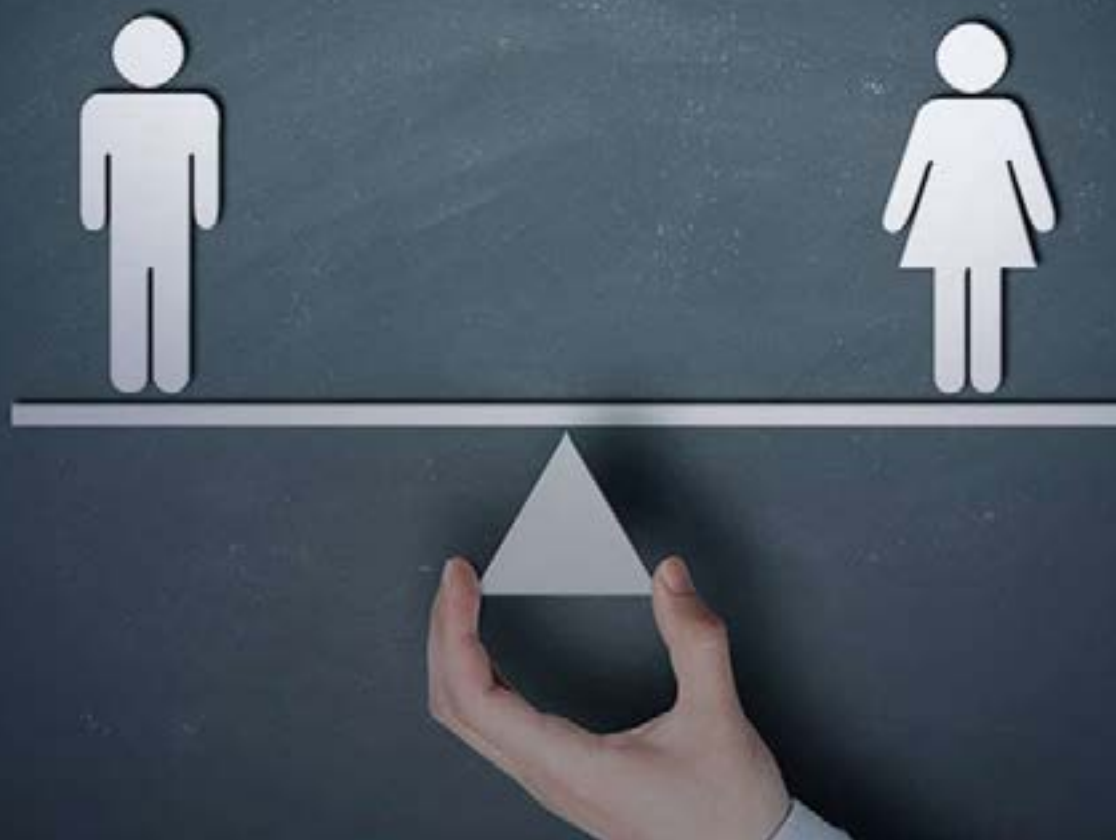
Ainda na abertura do evento, representando o Tribunal de Contas, o conselheiro Gilberto Jales destacou que “o auditório estava sendo reaberto com uma carga de energia positiva”. Na platéia, o registro de personalidades como o desembargador do Tribunal de Justiça, João Rebouças; o cônsul honorário de Portugal, Francisco José Peres e o ex-ministro do TCE, Manoel de Medeiros Brito.

Alguns dias depois as servidoras Teresa Cristina Rocha do Nascimento, diretora da Secretaria das Sessões e Maria Eugênio Ribeiro Dantas, do Setor de Sustentabilidade do TCE, fizeram a entrega dos produtos

arrecadados ao Hospital Valera Santiago. “Somos um hospital filantrópico que trabalha com o SUS. No entanto, os valores repassados pelo SUS não garante nem 50% dos recursos necessários para a manutenção do Hospital. Dependemos de doações”, relatou o diretor do Hospital, Paulo Xavier Trindade, agradecendo a iniciativa do Espaço HAGs em parceria com o TCE. “Somos o principal hospital de pediatria do Estado. Fazemos em torno de 12 a 14 mil procedimentos de saúde por mês. Temos 120 leitos, dos quais 2º UTIS, divididas entre neonatal e pediátrica. Fazemos 90% de procedimentos de complexidade no Estado na faixa etária até os 16 anos de idade”, disse.



Momento da doação de 100 kgs de alimento ao Hospital Varela Santiago



DIREITOS IGUAIS

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas - Atricon criou um Grupo de Trabalho (GT) que deverá propor diretrizes voltadas à promoção da igualdade de gênero no âmbito do Sistema Tribunais de Contas do Brasil, bem como ao controle externo das políticas públicas nessa área. A previsão é de que o documento seja apresentado à Presidência da Atricon em 120 dias.

O Grupo foi instituído pela Portaria 003/2022 da Atricon. Entre as questões consideradas no documento está “o fato de que, apesar dos avanços experimentados desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, do conjunto de normas infraconstitucionais e dos programas e das políticas públicas

comprometidos com a igualdade de gênero, o país tem uma tradição de limitada participação das mulheres em condições de efetiva igualdade nos processos decisórios, no serviço público e nas corporações privadas”.

O presidente da Atricon, Cezar Miola, destaca que a iniciativa objetiva também estimular a adoção de boas práticas pelos Tribunais de Contas tanto no âmbito fiscalizatório como no administrativo. “O combate às desigualdades sociais no Brasil não pode ser efetivo sem a igualdade material entre homens e mulheres. Isso pressupõe maior presença das mulheres na esfera pública, igualdade de oportunidades e superação dos preconceitos e discriminações ainda existentes”, disse.

O GT é coordenado pela conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas (TCE-SE) e integrado pelas conselheiras Naluh Maria Lima Gouveia (TCE-AC), Soraia Thomaz Dias Victor (TCE-CE) e Milene Dias da Cunha (TCE-PA); e pelos conselheiros Antonio Gilberto de Oliveira Jales (TCE-RN), Cláudio Couto Terrão (TCE-MG), João Antônio da Silva Filho (TCM-SP) e Sebastião Cezar Leão Colares (TCM-PA).

A portaria destaca ainda que, no desenvolvimento das atividades, o Grupo de Trabalho poderá receber contribuições de outros agentes públicos, de organizações da sociedade civil, de pesquisadores e de especialistas.